

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.315.983 - RS (2018/0155255-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A
ADVOGADOS : MÁRIO DE FREITAS MACEDO FILHO - RS014630
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU - SP117417
AGRAVADO : AGLIMONE LUCIA MENIN
AGRAVADO : MARCO AURELIO WIZER
ADVOGADO : MÁRCIO DO AMOR DIVINO - RS038322
INTERES. : AEROVIAS DE MEXICO S/A DE C V AEROMEXICO
ADVOGADO : ANDRE DE ALMEIDA RODRIGUES - SP164322

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). CONHECIMENTO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PACOTE TURÍSTICO. ATRASO NO VOO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA DE TURISMO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE PRÉ-QUESTIONADORA. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO E PACOTE TURÍSTICO. VIAGEM INTERNACIONAL. PORTO ALEGRE/GUARULHOS/CIDADE DO MÉXICO/CANCUN. AQUISIÇÃO DE VIAGEM POR MEIO DA LOJA/AGÊNCIA CVC VIAGENS. ATRASO DO VOO INJUSTIFICADO. FALHA NO DEVER DE INFORMAR. ASSISTÊNCIA NÃO PRESTADA. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. Embargos de declaração em que não se

constatam os vícios que dariam ensejo à interposição do recurso, segundo disposto pelo art. 1.022, incisos e Parágrafo único, da Lei n. 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil). PRÉ-QUESTIONAMENTO.

No que tange o pré-questionamento da matéria legal versada no recurso, não está o órgão julgador obrigado a se manifestar expressamente sobre todos os dispositivos de lei invocados pelas partes, cumprindo-lhe resolver o litígio em sua complexidade e extensão, como feito na hipótese em julgamento. Ademais, pela redação do art. 1.025 do novel diploma, resta superada a celeuma suscitada pela recorrente, como se confere: Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.
(e-STJ, fls. 351-360)

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 382-396), a recorrente aponta violação aos artigos 186 e 944, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

Sustenta a inexistência de ato ilícito que justifique a condenação por danos morais, assim como o dano causado teria decorrido de "*suposta falha de terceiro devidamente identificado*" (e-STJ, fl. 391). Alternativamente, pugna pela minoração do *quantum* indenizatório, sob pena de enriquecimento sem causa da parte ex adversa (e-STJ, fl. 393).

Os recorridos deixaram de apresentar as contrarrazões (e-STJ, fl. 402).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 404-409), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece prosperar.

Quanto à alegação de inexistência de ato ilícito, a recorrente alega que na decisão do Tribunal de Origem há a ausência de enquadramento dos fatos a

uma ação culposa que possa responsabilizá-la pelos danos pleiteados (e-STJ, fl. 389).

Conquanto, o Tribunal de Origem, ao julgar a apelação, não afastou a responsabilidade da recorrente pela ocorrência do dano, *in verbis*:

O histórico trazido pelos apelantes, não contraditado pelas rés e enriquecido pelas fotografias juntadas aos autos (fls. 61 a 68), dando conta da desorganização impingida aos autores e demais consumidores, escudando-se as demandadas em justificativas pouco idôneas para explicar o ocorrido (a companhia de aviação, valendo-se da força maior, em razão do alegado mau tempo, com o que se diz amparada pela excludente de responsabilidade; a agência de viagens, advogando ter agido como mera intermediadora de serviços de turismo, não sendo responsável por eventuais defeitos no serviço de transporte aéreo), convence da superlativa desídia das apeladas para com os demandantes; submetendo os autores, em viagem cuidadosamente agendada para viverem momentos de lazer e despreocupação, a desgaste desnecessário e não tolerável, descumprindo as regras mínimas que regem a sua atividade. (e-STJ, fl. 359, grifei)

Nesse sentido, a questão posta requer a análise das alegações sobre se a recorrente teria ou não culpa sobre os danos causados aos recorridos, o que demandaria a revisão dos fatos concernentes à sua atuação, procedimento vedado em sede de recurso especial ante o óbice da Súmula 07/STJ.

A respeito da revisão do valor arbitrado a título de indenização por danos morais, compulsando os autos, verifica-se que o Tribunal de origem, a partir do exame fático-probatório, decidiu por majorar o valor de indenização para R\$ 9.000,00 (nove mil reais). O acórdão assim assentou:

O valor arbitrado em primeiro grau (R\$ 4.000,00 para cada autor) se distancia da média adotada pelo colegiado em situações parelhas, majorando-se a indenização para o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para cada um dos demandantes. (e-STJ, fl. 316)

Efetivamente, a definição do *quantum* indenizatório deve observar o método bifásico, condutor do arbitramento equitativo exercido pelo juiz, o qual

analisa o interesse jurídico lesado e as peculiaridades ocorridas no caso para a definição de valor que vise compensar e reparar os danos causados.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

1. Discussão restrita à quantificação da indenização por dano moral sofrido pelo esposo da vítima falecida em acidente de trânsito, que foi arbitrado pelo tribunal de origem em dez mil reais.

2. Dissídio jurisprudencial caracterizado com os precedentes das duas turmas integrantes da Segunda Seção do STJ.

3. Elevação do valor da indenização por dano moral na linha dos precedentes desta Corte, considerando as duas etapas que devem ser percorridas para esse arbitramento.

4. Na primeira etapa, deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes.

5. Na segunda etapa, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.

6. Aplicação analógica do enunciado normativo do parágrafo único do art.953 do CC/2002.

7. Doutrina e jurisprudência acerca do tema.

8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 959.780/ES, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 06/05/2011)

Excepcionalmente, quando a quantia fixada na origem se mostrar ínfima ou excessiva, admite-se a intervenção desta Corte para ajustá-la aos patamares da razoabilidade.

No caso concreto, não se pode reputar exorbitante o valor da indenização a cada recorrido, diante das minúcias do caso em destaque.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. ATRASO DE VOO. DANO MORAL. REVISÃO DE 'QUANTUM' INDENIZATÓRIO. DESNECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DO STJ. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Não se mostrando excessiva, na hipótese dos autos, a indenização fixada na importância de R\$ 10.000,00, desnecessária a intervenção deste Tribunal. Aplicação da Súmula 7/STJ.

2. Decisão agravada mantida.

3. Agravo manifestamente inadmissível ou infundado enseja aplicação de multa do art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

(AgRg no AREsp 26819/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA; julgado em 27/11/2012, DJe 04/12/2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. ATRASO EM VÔO INTERNACIONAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. MODERAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo para fixar o valor da

indenização por dano moral em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Alterá-la demandaria reexame do acervo probatório, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ.

2. A alteração do valor da condenação dos danos morais só é possível quando irrisório ou excessivo, o que não se configura no caso em apreço. O valor fixado não concorreu para a geração de enriquecimento indevido do ofendido e, da mesma forma, manteve a proporcionalidade da gravidade da ofensa ao grau de culpa e ao porte sócio-econômico do causador do dano, não se distanciando dos parâmetros adotados pelo STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 132357/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/09/2012, DJe 01/10/2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ATRASO DE VOO. DANO MORAL. VALOR. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DESTE TRIBUNAL SUPERIOR.

1. O entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Dessa forma, não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais) a título de reparação moral decorrente de atraso de voo de aproximadamente 24 horas, de modo que a sua revisão também encontra óbice na Súmula 7/STJ, por demandar o vedado revolvimento de matéria fático-probatória.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 104996/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/06/2012, DJe 28/06/2012)

Portanto, ante a proporcionalidade e a razoabilidade do *quantum* indenizatório, alterar essa quantia demandaria o real reexame fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula nº 07/STJ.

Tendo em vista a aplicação de verba honorária em seu percentual máximo pelo Tribunal de Origem, tem-se como inaplicável a regra do artigo 85, §11, do Código de Processo Civil de 2015.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator